

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Adhemar Mombrum de Carvalho Neto

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcadh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 1824/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Mariana Sleiman Gomes 6 (seis) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 15 a 18.11.2018 e nos dias 19 e 20.1.2019, a serem usufruídos nos dias 10, 11, 12, 13, 14 e 19.6.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1825/2019-PGJ, DE 27.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Mariana Sleiman Gomes 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20.12.2017 a 6.1.2018, por ter atuado no período de 20 a 28.12.2017, a serem usufruídos nos dias 17 e 18.6.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1828/2019-PGJ, DE 27.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Mariana Sleiman Gomes 2 (dois) dias de compensação por sua atuação em regime de mutirão, nos dias 6 e 27.11.2017, a serem usufruídos nos dias 6 e 7.6.2019, nos termos do § 2º do artigo 2º da Resolução nº 24/2016-PGJ, de 28.9.2016.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1866/2019-PGJ, DE 30.5.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar o Promotor de Justiça Leonardo Dumont Palmerston a se ausentar de sua comarca, para participar do III Encontro Nacional do Ministério Público do Tribunal do Júri, a ser realizado pela Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público, UNCMP, no auditório do Conselho Nacional do Ministério Público, na cidade de Brasília-DF, nos dias 13 e 14.6.2019.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1867/2019-PGJ, DE 30.5.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Leonardo Dumont Palmerston	13, 14 e 27.4.2019	10, 11 e 12.6.2019
Pedro de Oliveira Magalhães	26.3.2017	19.6.2019

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1868/2019-PGJ, DE 30.5.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 20.5.2019, a licença por luto concedida ao Promotor de Justiça Reynaldo Hilst Mattar, por meio da Portaria nº 1811/2019-PGJ, de 27.5.2019.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1879/2019-PGJ, DE 30.5.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 17.5.2019, a Portaria nº 1172/2019-PGJ, de 8.4.2019, na parte que indicou ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 1ª Zona Eleitoral.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1881/2019-PGJ, DE 30.5.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Dourados, referente ao mês de junho de 2019, nos termos do § 1º do artigo 3º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015, e da Resolução nº 19/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
5 (18h01min) a 12.6.2019 (7h59min)	11ª	Amilcar Araujo Carneiro Junior	98478-2087
12 (18h01min) a 19.6.2019 (7h59min)	4ª	João Linhares Júnior	98478-2087
19 (18h01min) a 26.6.2019 (7h59min)	12ª	Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro	98478-2087
26.6 (18h01min) a 3.7.2019 (7h59min)	3ª	José Aparecido Rigato	98478-2087

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1882/2019-PGJ, DE 30.5.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Corumbá, referente ao mês de junho de 2019, nos termos dos artigos 1º e 2º da Resolução nº 3/2018-PGJ, de 16.3.2018, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
5 (18h01min) a 12.6.2019 (7h59min)	7ª	Ludmila de Paula Castro Silva	99603-9203
12 (18h01min) a 19.6.2019 (7h59min)	3ª	Rodrigo Correa Amaro	99603-9203
19 (18h01min) a 26.6.2019 (7h59min)	1ª	Viviane Zuffo Vargas Amaro	99603-9203
26.6 (18h01min) a 3.7.2019 (7h59min)	2ª	Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina	99603-9203

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1889/2019-PGJ, DE 31.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SU, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Três Lagoas, referente ao mês de junho de 2019, nos termos dos artigos 1º e 2º da Resolução nº 31/2017-PGJ, de 7.12.2017, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
5 (18h01min) a 12.6.2019 (7h59min)	1ª	Antonio Carlos Garcia de Oliveira	99129-2433
12 (18h01min) a 19.6.2019 (7h59min)	6ª	Jui Bueno Nogueira	99129-2433
19 (18h01min) a 26.6.2019 (7h59min)	4ª	José Roberto Tavares de Souza	99129-2433
26.6 (18h01min) a 3.7.2019 (7h59min)	2ª	Fernando Marcelo Peixoto Lanza	99129-2433

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 1892/2019-PGJ, DE 31.5.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares aos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual abaixo nominados, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26.10.2000, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016, conforme segue:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Adauton Tamiozzo de Oliveira	2017/2018	8 a 27.7.2019	18 a 27.11.2019		
Adilson Arruda Leão	2018/2019	3 a 12.7.2019	10 a 19.12.2019		2 a 11.9.2019
Alecy Dias da Silva	2018/2019	12 a 31.7.2019			5 a 14.8.2019
Ana Paula Leite da Silva	2018/2019	12 a 21.2.2020	1º a 10.6.2020		22 a 31.7.2019
Angelo Maia Marcelo Pirani	2018/2019	15 a 24.7.2019	7 a 26.1.2020		
Anna Carolinne de Freitas Silva	2016/2017	17 a 26.7.2019	10 a 19.12.2019		1º a 10.7.2019
Beatriz Andrade de Azevedo Bachim	2017/2018	1º a 20.7.2019			22 a 31.7.2019
Bianca Lopes Ascensão	2018/2019	10 a 19.7.2019	3 a 12.2.2020		5 a 14.11.2019
Caique Minini Lima	2018/2019	24.6 a 13.7.2019	7 a 16.1.2020		
Carla Bianca Rodrigues da Silva	2018/2019	15 a 24.7.2019	9 a 18.12.2019		1º a 10.7.2019
Carlos Humberto Inastoque Silva	2018/2019	22 a 31.7.2019	2 a 11.3.2020		10 a 19.12.2019
Caroline Pereira Finger Gomes	2018/2019	8 a 17.7.2019	7 a 16.1.2020		18 a 27.7.2019
Cenir Teodoro Vieira	2018/2019	29.7 a 7.8.2019	18 a 27.11.2019		21 a 30.10.2019
Cristiane da Silva Sena	2017/2018	10 a 19.7.2019	7 a 16.10.2019	7 a 16.1.2020	
Driele Evelin Santos Vargas Araujo	2017/2018	1º a 20.7.2019			1º a 10.8.2019
Edna de Barros Manzoni	2017/2018	15.7 a 3.8.2019			5 a 14.8.2019
Eliani Soares Rodrigues	2017/2018	8.7 a 6.8.2019			
Eliene Marta Breguedo do Nascimento Machado	2017/2018	8.7 a 6.8.2019			
Elisa Mari Kihara Zaha	2015/2016	17 a 26.7.2019	1º a 10.10.2019		1º a 10.7.2019
Elisete Helaine Sorgato	2015/2016	1º a 10.10.2019	10 a 19.12.2019		15 a 24.7.2019
Elizandra Valladão Delfino de Aguiar	2018/2019	1º a 10.7.2019	12 a 21.8.2019	27.1 a 5.2.2020	
Elizangela Cristina Paes da Silva	2017/2018	8 a 17.7.2019	7 a 16.1.2020	13 a 22.7.2020	
Fabiana Lopes da Silva	2017/2018	17 a 26.7.2019	18 a 27.11.2019		7 a 16.1.2020
Farley Leles Froes Medeiros	2018/2019	7 a 16.1.2020	1º a 10.7.2020		15 a 24.7.2019
Fernanda da Silveira Corrêa Brescianini	2018/2019	27.2 a 7.3.2020	13 a 22.7.2020		18 a 27.7.2019
Fernanda Meira Guerra Birolini	2018/2019	19 a 28.7.2019	8 a 17.8.2019		29.7 a 7.8.2019
Fernanda Biscaia da Silva Cavalcante	2018/2019	4 a 13.11.2019	1º a 10.6.2020		22 a 31.7.2019
Fernando da Costa Rocha	2016/2017	16 a 25.9.2019	18 a 27.11.2019		1º a 10.7.2019
Francisco Vilar Bermal Júnior	2017/2018	1º a 30.7.2019			
Gilvana de Abreu Deotti	2018/2019	5 a 24.8.2019			24.7 a 2.8.2019
Gustavo Rocha Lobato	2018/2019	24.6 a 3.7.2019	12 a 21.2.2020		9 a 18.12.2019
Glauce Ruas Lagoas da Silva	2016/2017	8 a 17.7.2019	14.10 a 2.11.2019		
Jean Claud Borges Maciel Pinheiro	2015/2016	14 a 23.8.2019	5 a 14.11.2019		3 a 12.7.2019
Jeferson da Silva Marques	2017/2018	22 a 31.7.2019	18 a 27.11.2019		12 a 21.7.2019
Jerônima Alcântara de Mattos Silva	2017/2018	1º a 20.7.2019			22 a 31.7.2019
João Augusto Grecco Pelloso	2017/2018	28.10 a 16.11.2019			1º a 10.7.2019
Jose Lima Fidelis	2018/2019	9 a 18.9.2019	10 a 19.8.2020		22 a 31.7.2019
Jose Luiz Alvarenga de Oliveira	2017/2018	1º a 20.7.2019			21 a 30.7.2019
Juliane Giroux Alvarenga	2018/2019	3 a 12.7.2019	7 a 16.1.2020		20 a 29.1.2020
Kelly Cristina Mengual Vieira	2015/2016	11 a 30.7.2019			1º a 10.7.2019
Lenice Mie Joboji	2017/2018	23.9 a 12.10.2019			1º a 10.7.2019

Lessandra Junqueira da Cunha	2018/2019	22 a 31.7.2019	27.2 a 7.3.2020		12 a 21.2.2020
Lilian Cristina Marques Dias	2017/2018	15 a 24.7.2019	8 a 27.1.2020		
Lucas Cavassa Batista	2018/2019	1º a 10.7.2019	2 a 11.9.2019		11 a 20.7.2019
Luciano Cardoso da Silva	2017/2018	22 a 31.7.2019	20 a 29.1.2020		8 a 17.1.2020
Manoel Rodrigues dos Santos Neto	2017/2018	15.7 a 3.8.2019			1º a 10.7.2019
Maria de Lourdes Ferreira de Paula	2018/2019	15.7 a 3.8.2019			4 a 13.8.2019
Munira Ali Zahra	2017/2018	19.7 a 17.8.2019			
Nilson Antonio Verga	2018/2019	15 a 24.7.2019	9 a 18.12.2019		5 a 14.7.2019
Ofélia Leticia Soares da Silva	2016/2017	14 a 23.8.2019	1º a 10.10.2019		4 a 13.7.2019
Patrícia Lima Rodrigues	2018/2019	15 a 24.7.2019	6 a 15.1.2020		29.7 a 7.8.2019
Paula Rogeria Gama Santos	2017/2018	3 a 12.6.2019	15 a 24.7.2019		29.7 a 7.8.2019
Paulo Márcio da Silva Soeira	2016/2017	23.9 a 2.10.2019	18 a 27.11.2019		1º a 10.7.2019
Pedro Henrique Cavalcante de Oliveira	2018/2019	2 a 11.7.2019	7 a 16.1.2020		25.7 a 3.8.2019
Raphaela Gonsales Gomes Gheno	2018/2019	10 a 19.6.2019	2 a 11.3.2020		20 a 29.6.2019
Regina Célia de Araújo Silva	2017/2018	11 a 30.7.2019			28.6 a 7.7.2019
Renan da Silva Ovando	2017/2018	22 a 31.7.2019	5 a 14.11.2019		2 a 11.12.2019
Rosana Antunes Geraldo Blan	2018/2019	16.9 a 5.10.2019			1º a 10.7.2019
Rosângela Gomes de Oliveira Castro	2017/2018	15.7 a 3.8.2019	9 a 18.12.2019		
Sérgio Frederico Pott Junior	2018/2019	12 a 21.8.2019	18 a 27.11.2019		29.7 a 7.8.2019
Silvia Mara Manvailer Gomes	2017/2018	24.6 a 13.7.2019			20 a 29.1.2020
Soraya Shigueko Nakasato	2016/2017	8 a 17.7.2019	14 a 23.10.2019		14 a 23.8.2019
Stela Marisco Duarte	2018/2019	15.7 a 3.8.2019	7 a 16.1.2020		
Stella Trota Forte	2016/2017	2 a 21.12.2019			1º a 10.7.2019
Suellen Ribeiro Dias	2018/2019	1º a 20.7.2019	4 a 13.11.2019		
Telma Lucia Imada Leal	2016/2017	10 a 19.7.2019	9 a 18.12.2019		14 a 23.10.2019
Vânia de Oliveira Coelho Gondim	2017/2018	17.7 a 5.8.2019			1º a 10.10.2019
Waleria Silva Leite	2018/2019	10 a 19.7.2019	6 a 15.1.2020		22 a 31.7.2019
Yohhan Teruya	2018/2019	3 a 12.7.2019	30.9 a 9.10.2019		13 a 22.11.2019

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO SRP

Homologado o resultado da licitação **Pregão Presencial nº 11/PGJ/2019** (Processo PGJ/10/0906/2019) - SRP.

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de expediente (envelopes, espiral e filme stretch), para atender o Ministério Público Estadual.

Vencedoras/Preços Registrados: **Nacional Comércio de Embalagens Eireli - EPP**, itens **1** (R\$64,40), **2** (R\$0,86), **3** (R\$0,96) e **4** (R\$1,94); **Morena Comércio & Serviço Ltda. - EPP**, itens **5** (R\$1,20), **6** (R\$1,50), **7** (R\$2,10), **8** (R\$0,97), **9** (R\$1,14), **10** (R\$1,35), **11** (R\$2,10), **12** (R\$32,40) e **13** (R\$2,50).

Justificativa: Adjudicação e homologação tendo em vista os menores preços ofertados, nos termos do edital.

Campo Grande, 31 de maio de 2019.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA
Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS
Ordenadora de Despesa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE002570 DE 29.05.2019 DO PROCESSO PGJ/10/2152/2019.**

Credor: L. F. DE SOUZA - ME.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 12/PGJ/2019 – Ata de Registro de Preço nº 6/PGJ/2019.**

Objeto: Prestação de serviços gráficos de impressão de apostilas, blocos de notas, cartilhas, pastas para evento, gibis e outros materiais gráficos personalizados, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 295,50 (duzentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE002570 de 29.05.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE002575 DE 29.05.2019 DO PROCESSO PGJ/10/2130/2019.

Credor: LUCELENE BARBOSA NUNES ASSIS - ME.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 25/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço nº 8/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de materiais de copa e cozinha, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE002575 de 29.05.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DO CONVÊNIO MPMS E FAPE

Processo nº PGJ/10/1616/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GROSSO DO SUL**, representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **Paulo Cezar dos Passos**;

2- **FACULDADE DE PRESIDENTE EPITÁCIO-FAPE**, representada por sua Diretora, **Maria Antonieta de Carvalho e Silva**;

Amparo legal: Lei Federal nº 11.788/2008; Lei Complementar Estadual nº 72/1994; Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010; Resoluções do CNMP nº 42/2009; nº 52/2010; nº 62/2010; e Decreto Estadual nº 11.261/2003;

Objeto: Regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para alunos de Curso de Graduação e de Pós-Graduação (lato sensu ou stricto sensu), nas dependências do MPMS.

Vigência do Convênio: 10.05.2019 até 10.05.2021.

Data da assinatura: 10 de maio de 2019.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 83/PGJ/2018.

Processo PGJ/10/1847/2018.

Partes:

1 - **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**;

2 - **ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Ronaldo Benkendorf**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 22/PGJ/2018.

Amparo legal: Artigo 65, inciso I, alíneas “a” e “b”, e § 1º, da Lei nº 8.666/93.

Objeto: **Reajuste do valor mensal** do contrato em R\$ 35.524,65 (trinta e cinco mil, quinhentos e vinte e quatro reais e sessenta e cinco centavos), em decorrência da Convenção Coletiva de Trabalho, cujo prazo de vigência é de 1º/01/2019 a 31/12/2019, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019; **remanejamento de vagas** das funções de Digitador, Recepcionista, Garçom e Auxiliar de Limpeza, sem ônus para o erário público; e o **acréscimo de valor**, no importe de R\$ 15.930,30 (quinze mil, novecentos e trinta reais e trinta centavos), em virtude do acréscimo de 5 (cinco) vagas para a função de Digitador.

Valor mensal da contratação: R\$ 916.852,44 (novecentos e dezesseis mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e quatro centavos).

Vigência: 17.05.2019 a 31.12.2019.

Data da assinatura: 17 de maio de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0005/2019/25PJ/CGR**

A 25ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar na Rua da Paz, 134, 3º andar, centro, CEP 79002-190, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000759-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Claro S/A.

Assunto: Apurar eventual ineficiência de sinal de telefonia móvel da empresa Claro S.A no distrito de Anhanduí.

Campo Grande/MS, 16 de maio de 2019.

FABRÍCIO PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0006/2019/25PJ/CGR

A 25ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar na Rua da Paz, 134, 3º andar, centro, CEP 79002-190, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000758-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Vivo S.A – com sede na Avenida Afonso Pena, nº 2386, Centro - CEP 79002-933, Campo Grande-MS.

Assunto: Apurar eventual ineficiência de sinal de telefonia móvel da empresa VIVO S.A no distrito de Anhanduí.

Campo Grande/MS, 16 de maio de 2019.

FABRÍCIO PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0007/2019/25PJ/CGR

A 25ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar na Rua da Paz, 134, 3º andar, centro, CEP 79002-190, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000760-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Tim Celular S/A. – com sede na Avenida Afonso Pena, nº 4909, Santa Fé – CEP: 79002-072, Campo Grande-MS.

Assunto: Apurar eventual ineficiência de sinal de telefonia móvel da empresa TIM CELULAR S.A no distrito de Anhanduí.

Campo Grande/MS, 16 de maio de 2019.

FABRÍCIO PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0014/2019/34PJ/CGR

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000747-8

Requerente: Miguel da Cunha

Requerido: Restaurante Nazca

Objeto(s): Apurar a instalação e a operação do empreendimento NAZCA sem licença ou autorização ambiental ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes com apresentação de música ao vivo.

Campo Grande, 30 de maio de 2019

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0015/2019/34PJ/CGR

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000748-9

Requerente: Parte Sigilosa

Requerido: Município de Campo Grande

Objeto(s): Apurar quais providências adotadas pelo Município de Campo Grande a respeito da ocupação de áreas públicas, localizadas entre as ruas Tereza Gacez Paim e Lourenço Alves da Costa, quadra 23, lote 01, entre as ruas Via Láctea e Kanga Rosa.

Campo Grande, 30 de maio de 2019

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0016/2019/34PJ/CGR

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000770-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Objeto(s): Apurar a operação de uma borracharia e fábrica de pneus localizada na rua Zola Cícero, 563, bairro Monte Castelo, local onde supostamente se realiza recauchutagem, cujo resultado implica em atividade potencialmente poluidora, consistente na emissão de mau cheiro e fumaça.

Campo Grande, 30 de maio de 2019

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0017/2019/34PJ/CGR

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000728-9

Requerente: Ministério Público Estadual, Condomínio Edifício Yes

Requerido: Trianon Administração Empreendimentos e Participações Ltda.

Objeto(s): Apurar a situação higiênico-sanitária e ambiental dos imóveis correspondentes ao Lote A1C (matrícula nº 90.070), Lote A1D (matrícula nº 90.071) e Lote A1E (matrícula nº 90.072), registrados no Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição, localizados na rua Dr. Pacífico Lopes Siqueira, bairro Jardim América, em Campo Grande/MS.

Campo Grande, 30 de maio de 2019

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 1/2019/67ªPJCG

A 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos de Campo Grande torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000687-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: apurar a regularidade e a suficiência do Centro-Dia de Referência para pessoas com deficiência em Campo Grande/MS.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 10/2014 para o sistema SAJ/MP, nos termos do artigo 56 da Resolução nº 14/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017.

Campo Grande, 28 de maio de 2019.

EDUARDO FRANCO CÂNDIA

Promotor de Justiça

CORUMBÁ

EDITAL Nº 0021/2019/02PJ/CBA

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000824-4.

Representante: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Representado: Francisco Aluizio Albuquerque Costa

Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 96,31 hectares de vegetação nativa do bioma Pantanal, no interior do imóvel rural "Fazenda Natal", pertencente a Francisco Aluizio Albuquerque da Costa, sem a correspondente autorização ambiental concedida pelo órgão ambiental competente, sem prejuízo de eventual reparação do dano ambiental pretérito.

Corumbá/MS, 28 de maio de 2019.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça

TRÊS LAGOAS**EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 0007/2019/04PJ/TLS**

Protocolo: 02.2019.00036814-5

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no âmbito da 4ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas e por intermédio do Promotor de Justiça signatário, torna público que, não havendo oposição tempestiva e justificada, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 005/2019/04PJ/TLS, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução nº 25/2018-PGJ/MPE-MS.

Os interessados, devidamente qualificados e desde que comprovada a legitimidade, poderão, por escrito e de forma juridicamente fundamentada, manifestar oposição ao ato ou requerer o desentranhamento de documentos ou, a suas expensas, cópias de peças dos procedimentos e expedientes, salvo as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

As eventuais manifestações deverão, até o 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, ser protocoladas nesta 4ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas, situada na Rua Elvírio Mário Mancini, nº 860, Centro, Três Lagoas, das 8h às 11h e das 13h às 18h.

Três Lagoas, 30 de maio de 2019.

JOSÉ ROBERTO TAVARES DE SOUZA

Promotor de Justiça

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 005/2019/04PJ/TLS

PROVENIÊNCIA/PROCEDÊNCIA: 4ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas				
Classe. Subclasse	Conteúdo Informacional	Justificativa da Eliminação	Ano Inicial	Ano Final
200.066	Procedimentos Administrativos nº 12/2013; 41/2013; 42/2013; 43/2013; 46/2013; 47/2013; 54/2013; 57/2013; 66/2013; 69/2013; 72/2013; 17/2013;	Decurso do prazo de guarda previsto na tabela de temporalidade (Resolução nº 25/2018-PGJ/MS)	2013	2017
200.066	Procedimentos Administrativos nº 01/2011; 33/2012; 80/2013 (apenso NF 143/2014); 56/2013; 03/2014; 04/2014; 06/2014; 08/2014; 011/2014; 15/2014; 16/2014; 17/2014; 18/2014; 22/2014; 23/2014; 25/2014; 28/2014; 40/2014; 42/2014; 44/2014; 48/2014; 53/2014; 55/2014; 58/2014; 59/2014; 65/2014; 63/2014; 68/2014; 67/2014; 71/2014; 73/2014; 76/2014; 73/2014; 79/2014; 81/2014; 86/2014; 85/2014; 88/2014; 89/2014;	Decurso do prazo de guarda previsto na tabela de temporalidade (Resolução nº 25/2018-PGJ/MS)	2014	2018
Responsável pelo preenchimento: Débora Duarte Santana, Técnico II. Data do preenchimento: 30/05/2019				

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

BELA VISTA

EDITAL Nº 0050/2019/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001915-2

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: CMDCA BELA VISTA

Assunto: Fiscalizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Bela Vista/MS relativo ao ano de 2019

Bela Vista/MS, 30/05/2019

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0051/2019/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001916-3

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: CMDCA Caracol/MS

Assunto: Fiscalizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Caracol/MS relativo ao ano de 2019

Bela Vista/MS, 30/05/2019

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça

COXIM

EDITAL Nº 0031/2019/02PJ/CXM

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001847-5

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: João Pio Barbosa.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil n.º 06.2018.00002723-7, entre o Ministério Público Estadual e o requerido João Pio Barbosa.

Coxim/MS, 28 de maio de 2019

DANIELLA COSTA DA SILVA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0032/2019/02PJ/CXM

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001833-1.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: 2JH Administradora de Bens S. A.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil n.º 06.2018.00002981-3, entre o Ministério Público Estadual e a empresa 2JH Administradora de Bens S.A.

Coxim/MS, 28 de maio de 2019.

DANIELLA COSTA DA SILVA
Promotora de Justiça

FÁTIMA DO SUL

EDITAL Nº 06/2019

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul – MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000767-8, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Ipiranga, nº 810, Jardim Primavera, em Fátima do Sul-MS, Fone (67) 3467-3421.

Procedimento Preparatório Nº 06.2019.00000767-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Educação

Assunto: Apurar a suposta omissão do Município em relação ao funcionamento dos Centros de Educação Infantis de Fátima do Sul (CEIMs), tendo em vista redução da carga horária.

Fátima do Sul-MS, 30 de maio de 2019.

RODRIGO CINTRA FRANCO
Promotor de Justiça

JARDIM

EDITAL Nº 009/2019/01PJ/JIM**EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

O Promotor de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data da publicação deste edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os procedimentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos n.º 09/2019, nos termos do artigo 12 da Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, à 1ª Promotoria de Justiça de Jardim/MS, localizada na Av. Coronel Stuck, nº 85, Centro.

Jardim, 30 de maio de 2019.

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO
Promotor de Justiça

PROVENIÊNCIA (1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim)			PROCEDÊNCIA (1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS)		
Órgão/Setor: 1ª PJ Jardim			Órgão/Setor: PJ Jardim		
LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 09/2019					
CLASSE	SUB CLASSE	DOCUMENTO	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO	ANO INICIAL	ANO FINAL
200	050	Noticias de Fato nº 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, /2014, – Requerido: o Município de Jardim e Guia Lopes da Laguna – fornecimento de medicamento – Defesa dos Direitos da Cidadania.	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018-PGJ, de 06.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda	2014	2017
200	066	Pedido de Providências – Requerida: B. B. M. Guia Lopes da Laguna. Patrimônio Público.		2003	2007
200	066	Pedido de Providências – Violação dos direitos da menor L. B. N. Infância e adolescência.		2004	2008
200	066	Pedido de Providências – Requerido: C. R. S. de S. Prefeito de Guia Lopes da Laguna. Patrimônio Público		2004	2008
200	066	Pedido de Providências – 07, 08, 09/2004 - Assunto : abuso de autoridade e improbidade administrativa		2004	2008
200	066	Pedido de Providências – Requeridos: Policial Militar W. L. B, Policial Civil W. R. L. e Policiais Rodoviários Federais – PJ de Defesa das Vítimas de Infração Penal.		2005	2009
200	066	Pedido de Providências – Requeridos: Câmara Municipal de Jardim e Prefeitura de Guia Lopes da Laguna. Patrimônio Público		2005	2009
200	066	Pedido de Providências – Requerente: Polícia Militar Ambiental – Meio Ambiente		2005	2009
200	066	Pedido de Providências – Requerente: Polícia Militar Ambiental de Jardim – Meio Ambiente		2006	2010
200	066	Pedido de Providências – Requerido: Prefeitura Municipal de Guia Lopes da Laguna. Patrimônio Público		2006	2010
200	066	Pedido de Providências – Requerido: Farmácias de Jardim e Guia Lopes da Laguna. Consumidor		2006	2010
200	066	Pedido de Providências – Requerido: Agências Bancárias de Jardim. Consumidor		2006	2010
200	066	Pedido de Providências – Assunto: irregularidades em areeiros da região – Meio Ambiente		2007	2011
200	066	Pedido de Providências arquivado sem distribuição Judicial – Meio Ambiente		2007	2011
200	066	Pedido de Providências – Assunto: propaganda eleitoral – Direito Eleitoral		2010	2014
200	066	Procedimentos de Investigação Preliminar – sem distribuição Judicial – Patrimônio Público.		2001	2004
200	066	Procedimentos de Investigação Preliminar – sem distribuição Judicial – Defesa do Consumidor.		2001	2004
200	066	Procedimento de Investigação Preliminar – Requerente: C. R. S. de S. – Patrimônio Público – 001/2002		2002	2006
200	066	Procedimento de Investigação Preliminar – arquivado sem distribuição Judicial , 02/2003		2003	2007
200	066	Procedimento de Investigação Preliminar – Requerido: Prefeitura Municipal de Guia Lopes da Laguna – Patrimônio Público. 01,		2004	2008
200	066	Procedimentos de Investigação Preliminar – sem distribuição Judicial - Meio Ambiente – 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 15.		2007	2011
200	066	Procedimentos de Investigação Preliminar – sem distribuição Judicial - Meio Ambiente – 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, , 19, 20, 21, 22, 23 ,24, 25.		2008	2012

200	066	Procedimentos de Investigação Preliminar – sem distribuição Judicial - Meio Ambiente – 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 017, 18, 22, 24.		2009	2013
200	066	Procedimentos de Investigação Preliminar – sem distribuição Judicial - Meio Ambiente – 01 e 02		2010	2014
200	066	Procedimento Administrativo n. 001/1996– Assunto: Venda clandestina de gás -GLP		1996	2000
200	066	Procedimento Administrativo n. 04/2007 sem distribuição judicial.		2007	2011
200	066	Procedimento Administrativo n. 001/2014– Requerido: H. M. R. de Jardim MS . – Patrimônio Público –		2014	2017
200	019	Inquérito Civil – Assunto: Apurar: despejo de detritos nos rios Santo Antônio – Meio Ambiente.		2002	2014
200	019	Inquérito Civil – Requerido: Secretaria Municipal de Guia Lopes da Laguna. Patrimônio Público .		2002	2014
200	019	Inquérito Civil –Requerente Policia Militar Ambiental – Meio Ambiente.		2002	2014
200	019	Inquérito Civil –com promoção de arquivamento homologada sem termo de compromisso de ajustamento de conduta		2003	2015
200	019	Inquérito Civil – Assunto: Apurar irregularidades na condução de presos. Patrimônio Público.		2004	2016
200	019	Inquérito Civil – Assunto: Apurar possível ato de improbidade. Patrimônio Público.		2004	2016
200	019	Inquérito Civil – Assunto: Apurar possível desvio de verba do H. M. R. Direito de Cidadania.		2004	2016
200	019	Inquérito Civil – Assunto: Exigir licença expedida pelo órgão ambiental competente para funcionamento dos lava-jatos existente em Jardim MS. Meio Ambiente		2006	2018
200	019	Inquérito Civil – 08/2006 Assunto: Acompanhar Plano Diretor do Município de Jardim MS. Direitos do Cidadão.		2006	2018
200	019	Inquérito Civil – 09/2006 Requerente: Polícia Militar Ambiental. . Meio Ambiente		2006	2018
200	019	Inquérito Civil – Assunto: Apurar possível dano ambiental pelo Município de Guia Lopes da Laguna. Meio Ambiente		2007	2018
Responsável pelo preenchimento: Lúcia Stein Basso, Auxiliar, matrícula 800419-6 Data do preenchimento: 30 de maio de 2019.					

MIRANDA**RECOMENDAÇÃO Nº 09.2019.00001918-5**

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001918-5

Representante: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Fiscalizar e acompanhar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar dada Criança e do Adolescente do Município de Miranda/MS para o período de 2020 a 2024.

RECOMENDAÇÃO nº 09.2019.00001918-5

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu Promotor(a) de Justiça, no uso de suas atribuições, no bojo do Procedimento Administrativo n. 09.2019.00001918-5, instaurado no âmbito da 2ª Promotoria de Justiça de Miranda com fundamento no art. 201, §5º, c, da Lei Federal n. 8.069/1990, na Resolução n. 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, e na Resolução n. Resolução nº 005/2012, de 13 de setembro de 2012, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado Mato Grosso do Sul:

CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público, por força do disposto no art. 139, *caput*, do ECA, a fiscalização do processo de escolha para membros do Conselho Tutelar no município, cuja condução fica a cargo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

CONSIDERANDO que foi publicada a Lei Federal n. 13.824, de 09 de maio de 2019, que alterou a redação do art. 132 do ECA, para constar a possibilidade de recondução ilimitada dos membros do Conselho Tutelar:

REDAÇÃO ANTERIOR	REDAÇÃO ATUAL
Art. 132. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, <u>permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.</u>	Art. 132. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, <u>permitida recondução por novos processos de escolha (grifou-se).</u>

CONSIDERANDO que o art. 132 do ECA, de acordo com a Lei n. 13.824/2019, mediante novos processos de escolha, permite a recondução ilimitada dos membros do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que o art. 3º da Lei n. 13.824/2019, por sua vez, prevê que a legislação tem aplicabilidade imediata aos processos de escolha de Conselheiros Tutelares em andamento, tendo em vista a rejeição da emenda parlamentar que estipularia *vacatio legis*;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal entende que é necessária a retificação de edital quando há superveniência de lei que altera requisitos para ingresso no cargo público:

DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONCURSO PÚBLICO. LIMITE DE IDADE PARA INGRESSO NA POLÍCIA MILITAR. ALTERAÇÃO NA LEI DURANTE A REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO. PRECEDENTES. 1. O Supremo Tribunal Federal assentou que é possível a imposição de limite de idade para inscrição em concurso público, desde que haja anterior previsão legal e que a exigência seja razoável diante das atribuições do cargo público (RE 678.112-RG, Rel. Min. Luiz Fux). 2. Prevalece nesta Corte a orientação no sentido de que o limite de idade, quando regularmente fixado em lei e no edital de determinado concurso público, há de ser comprovado no momento da inscrição do certame, tendo em conta a impossibilidade de se antever a data em que será realizada a fase fixada como parâmetro para aferição do requisito da idade (ARE 721.339-AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes). 3. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que é possível a adequação do edital do concurso público, antes de sua conclusão e homologação, quando houver necessidade de adaptação do certame à nova legislação aplicável à carreira. Precedentes. 4. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não é cabível condenação em honorários advocatícios. 5. Agravo interno a que se nega provimento. (STF, RE 1.025.819 AgR-MS, 1ª Turma, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE de 01/09/2017) (original sem grifos)

CONSIDERANDO a possibilidade de se modificar e adequar o edital de concurso público durante o trâmite do certame, diante de alteração legislativa aplicada à carreira, também encontra guarida na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de Tribunais Estaduais, conforme se infere das ementas de julgamento adiante transcritas:

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. INGRESSO NO PADRÃO INICIAL DA CARREIRA COM ALTERAÇÃO DE LEI POSTERIOR AO CERTAME. LEGALIDADE. PREVALÊNCIA DO EDITAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. A jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça é no sentido de aplicar a lei vigente na data da nomeação do servidor em cargo público, ainda que o edital do certame contivesse previsão de ingresso em outro padrão de carreira e de vencimento. 2. Agravo Regimental não provido. (STJ, AgRg no Ag: 1367797-MG, 2ª Turma, Relator Ministro Herman Benjamin, Publicação no DJe de 01/04/2011). Grifos acrescidos.

APELAÇÃO CÍVEL E APELAÇÃO ADESIVA- CONCURSO PÚBLICO- DIREITO ADMINISTRATIVO- PRESCRIÇÃO- PREJUDICIAL DE MÉRITO REJEITADA- ALTERAÇÃO DE EDITAL EM VIRTUDE DE LEI POSTERIOR- REQUISITOS PARA A INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO- OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE PELA ADMINISTRAÇÃO- INGRESSO INICIAL NA CARREIRA EM PERÍODO ANTERIOR- IMPOSSIBILIDADE- RECURSOS NÃO PROVIDOS. 1. A perda do direito ao reconhecimento de determinada relação jurídica em função do transcurso de prazo, decorre do instituto da decadência, não da prescrição. 2. O vínculo entre a Administração Pública e seus servidores é de direito público, definido em lei. Assim, a superveniência de lei que altera os requisitos para a investidura em cargo público permite a alteração de edital de concurso público em andamento. 3. Não há que se falar em pagamento de vencimentos, ou, ainda, em contagem de tempo para fins de adicionais, promoção e aposentadoria, sob pena de enriquecimento ilícito da parte, quando a determinação de impedimento de participação em certame público anterior decorreu de ato lícito e legal da Administração Pública. 4. Recurso não provido. (TJMG, AC nº 10105072213983004, 5ª Câmara Cível, Relator Desembargador Luiz Carlos Gambogi, Publicação: 12/062013).

CONSIDERANDO que a Comissão Permanente da Infância e Juventude – COPEIJ, integrante do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH, vinculada ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça – CNPG, aprovou a Nota Técnica CNPG/GNDH n. 08, de 13 de maio de 2019, divulgada em 17 de maio de 2019, cujas orientações são as seguintes:

Em face do exposto, e também a fim de evitar a judicialização excessiva do processo, entende-se possível a aplicação imediata da Lei nº 13.824/2019 ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar já em trâmite, independentemente de alteração na legislação municipal, sugerindo-se, desde logo, a tomada das seguintes providências:

a) na hipótese de o prazo previsto pelo edital para inscrição de candidatos a conselheiros tutelares não estar encerrado, o CMDCA deverá publicar retificação do edital com alteração apenas do item que trata da possibilidade de recondução dos atuais membros do Conselho Tutelar; por conseguinte, a Comissão Especial Eleitoral poderá deferir, caso atendidos os demais requisitos previstos em Lei, as inscrições de candidatos que anteriormente estavam impedidos de se reconduzir, em razão da alteração do artigo 132 do ECA e vigência imediata da Lei Federal nº 13.824/19.

b) na hipótese de o prazo previsto pelo edital para inscrição de candidatos a conselheiros tutelares estar encerrado, além da retificação pontual do edital, o CMDCA deverá reabrir o prazo de inscrição, que se recomenda não superior a 5 (cinco) dias, apenas para a inscrição de candidatos que passaram a ter direito à recondução, em razão da alteração do artigo 132 do ECA e vigência imediata da Lei Federal nº 13.824/19, cumpridos os demais requisitos legais para o acesso ao cargo.

CONSIDERANDO que, como bem fundamentado na referida Nota Técnica, acredita-se que a Lei n. 13.824/2019, que alterou a redação do art. 132 do ECA, pode ser aplicada ao processo de escolha dos conselheiros tutelares, possibilitando, desta feita, que os membros do Conselho Tutelar que estão exercendo o segundo mandato possam também se candidatar no processo em curso, uma vez que o novel ato normativo modificou a própria estrutura Conselho Tutelar, já que trata, em certa medida, da forma de acesso ao cargo, quando permite a recondução ilimitada daqueles que já estão exercendo a função de conselheiros.

CONSIDERANDO que, conforme precedentes do Supremo Tribunal Federal, os candidatos já inscritos possuem mera expectativa de direito ao cargo, se eleitos e homologado o resultado final do certame; logo, não possuem direito público subjetivo à preterição de qualquer candidato.

CONSIDERANDO que a possibilidade de alteração do edital do processo de escolha unificado também se extrai do teor do art. 13, § 1º, da Resolução nº 170/2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que preconiza que o processo de escolha deve contar com número mínimo de 10 (dez) pretendentes habilitados, caso contrário, o Conselho Municipal ou do Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente, por sua comissão especial eleitoral, poderá reabrir novo prazo para inscrição de novas candidaturas. Ora, a reabertura de novo prazo de inscrição se traduz em clara modificação do prazo antes consignado no instrumento editalício.

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe, em seu art. 5º, que “*a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social*”;

RECOMENDA ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, da cidade de Miranda/MS que, imediatamente desde que exista Conselheiro Tutelar no segundo mandato consecutivo, adote providências para retificar o Edital do processo de escolha de membros do Conselho Tutelar, para o fim de:

- na hipótese de o prazo previsto pelo edital para inscrição de candidatos a conselheiros tutelares não estar encerrado, publicar retificação do edital com alteração apenas do item que trata da possibilidade de recondução dos atuais membros do Conselho Tutelar; por conseguinte, a Comissão Especial Eleitoral poderá deferir, se atendidos os demais requisitos previstos em Lei, as inscrições de candidatos que anteriormente estavam impedidos de se reconduzir, em razão da alteração do artigo 132 do ECA e vigência imediata da Lei Federal n. 13.824/19; OU
- na hipótese de o prazo previsto pelo edital para inscrição de candidatos a conselheiros tutelares estar encerrado, além da retificação pontual do edital, reabrir o prazo de inscrição, que se recomenda não superior a 5 (cinco) dias, apenas para a inscrição de candidatos que passaram a ter direito à recondução, em razão da alteração do artigo 132 do ECA e vigência imediata da Lei Federal n. 13.824/19, cumpridos os demais requisitos legais para o acesso ao cargo.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da presente, se haverá o acolhimento da presente RECOMENDAÇÃO, sob pena da adoção das medidas cabíveis.

Encaminhe-se, após a remessa do ofício, cópia da Recomendação ao setor responsável, para a competente publicação no Diário Oficial do Ministério Público;

Por fim, encaminhem-se cópias da presente Recomendação ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e ao Juiz da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Miranda/MS.

Miranda, 30 de maio de 2019.

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA
Promotora de Justiça em subs. legal

RECOMENDAÇÃO Nº 09.2019.00001921-9

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001921-9

Representante: Ministério Público do Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Fiscalizar e acompanhar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente do Município de Bodoquena/MS para o período de 2020 a 2024.

RECOMENDAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu Promotora de Justiça, no uso de suas atribuições, no bojo do Procedimento Administrativo n. 09.2019.00001921-9, instaurado no âmbito da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS, com fundamento no art. 201, §5º, c, da Lei Federal n. 8.069/1990, na Resolução n. 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, e na Resolução n. Resolução nº 005/2012, de 13 de setembro de 2012, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado Mato Grosso do Sul:

CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público, por força do disposto no art. 139, *caput*, do ECA, a fiscalização do processo de escolha para membros do Conselho Tutelar no município, cuja condução fica a cargo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

CONSIDERANDO que foi publicada a Lei Federal n. 13.824, de 09 de maio de 2019, que alterou a redação do art. 132 do ECA, para constar a possibilidade de recondução ilimitada dos membros do Conselho Tutelar:

REDAÇÃO ANTERIOR	REDAÇÃO ATUAL
<i>Art. 132. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, <u>permitida 1 (uma) recondução</u>, mediante novo processo de escolha.</i>	<i>Art. 132. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, <u>permitida recondução</u> por novos processos de escolha (grifou-se).</i>

CONSIDERANDO que o art. 132 do ECA, de acordo com a Lei n. 13.824/2019, mediante novos processos de escolha, permite a recondução ilimitada dos membros do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que o art. 3º da Lei n. 13.824/2019, por sua vez, prevê que a legislação tem aplicabilidade imediata aos processos de escolha de Conselheiros Tutelares em andamento, tendo em vista a rejeição da emenda parlamentar que estipularia *vacatio legis*;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal entende que é necessária a retificação de edital quando há superveniência de lei que altera requisitos para ingresso no cargo público:

DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONCURSO PÚBLICO. LIMITE DE IDADE PARA INGRESSO NA POLÍCIA MILITAR. ALTERAÇÃO NA LEI DURANTE A REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO. PRECEDENTES. 1. O Supremo Tribunal Federal assentou que é possível a imposição de limite de idade para inscrição em concurso público, desde que haja anterior previsão legal e que a exigência seja razoável diante das atribuições do cargo público (RE 678.112-RG, Rel. Min. Luiz Fux). 2. Prevalece nesta Corte a orientação no sentido de que o limite de idade, quando regularmente fixado em lei e no edital de determinado concurso público, há de ser comprovado no momento da inscrição do certame, tendo em conta a impossibilidade de se antever a data em que será realizada a fase fixada como parâmetro para aferição do requisito da idade (ARE 721.339-AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes). 3. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que é possível a adequação do edital do concurso público, antes de sua conclusão e homologação, quando houver necessidade de adaptação do certame à nova legislação aplicável à carreira. Precedentes. 4. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não é cabível condenação em honorários advocatícios. 5. Agravo interno a que se nega provimento. (STF, RE 1.025.819 AgR-MS, 1ª Turma, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE de 01/09/2017) (original sem grifos)

CONSIDERANDO a possibilidade de se modificar e adequar o edital de concurso público durante o trâmite do certame, diante de alteração legislativa aplicada à carreira, também encontra guarida na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de Tribunais Estaduais, conforme se infere das ementas de julgamento adiante transcritas:

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. INGRESSO NO PADRÃO INICIAL DA CARREIRA COM ALTERAÇÃO DE LEI POSTERIOR AO CERTAME. LEGALIDADE. PREVALÊNCIA DO EDITAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. A jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça é no sentido de aplicar a lei vigente na data da nomeação do servidor em cargo público, ainda que o edital do certame contivesse previsão de ingresso em outro padrão de carreira e de vencimento. 2. Agravo Regimental não provido. (STJ, AgRg no Ag: 1367797-MG, 2ª Turma, Relator Ministro Herman Benjamin, Publicação no DJe de 01/04/2011). Grifos acrescidos.

APELAÇÃO CÍVEL E APELAÇÃO ADESIVA- CONCURSO PÚBLICO- DIREITO ADMINISTRATIVO- PRESCRIÇÃO- PREJUDICIAL DE MÉRITO REJEITADA- ALTERAÇÃO DE EDITAL EM VIRTUDE DE LEI POSTERIOR- REQUISITOS PARA A INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO- OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE PELA ADMINISTRAÇÃO- INGRESSO INICIAL NA CARREIRA EM PERÍODO ANTERIOR- IMPOSSIBILIDADE- RECURSOS NÃO PROVIDOS. 1. A perda do direito ao reconhecimento de determinada relação jurídica em função do transcurso de prazo, decorre do instituto da decadência, não da prescrição. 2. O vínculo entre a Administração Pública e seus servidores é de direito público, definido em lei. Assim, a superveniência de lei que altera os requisitos para a investidura em cargo público permite a alteração de edital de concurso público em andamento. 3. Não há que se falar em pagamento de vencimentos, ou, ainda, em contagem de tempo para fins de adicionais, promoção e aposentadoria, sob pena de enriquecimento ilícito da parte, quando a determinação de impedimento de participação em certame público anterior decorreu de ato lícito e legal da Administração Pública. 4. Recurso não provido. (TJMG, AC nº 10105072213983004, 5ª Câmara Cível, Relator Desembargador Luiz Carlos Gambogi, Publicação: 12/062013).

CONSIDERANDO que a Comissão Permanente da Infância e Juventude – COPEIJ, integrante do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH, vinculada ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça – CNPG, aprovou a Nota Técnica CNPG/GNDH n. 08, de 13 de maio de 2019, divulgada em 17 de maio de 2019, cujas orientações são as seguintes:

Em face do exposto, e também a fim de evitar a judicialização excessiva do processo, entende-se possível a aplicação imediata da Lei nº 13.824/2019 ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar já em trâmite, independentemente de alteração na legislação municipal, sugerindo-se, desde logo, a tomada das seguintes providências:

a) na hipótese de o prazo previsto pelo edital para inscrição de candidatos a conselheiros tutelares não estar encerrado, o CMDCA deverá publicar retificação do edital com alteração apenas do item que trata da possibilidade de recondução dos atuais membros do Conselho Tutelar; por conseguinte, a Comissão Especial Eleitoral poderá deferir, caso atendidos os demais requisitos previstos em Lei, as inscrições de candidatos que anteriormente estavam impedidos de se reconduzir, em razão da alteração do artigo 132 do ECA e vigência imediata da Lei Federal nº 13.824/19.

b) na hipótese de o prazo previsto pelo edital para inscrição de candidatos a conselheiros tutelares estar encerrado, além da retificação pontual do edital, o CMDCA deverá reabrir o prazo de inscrição, que se recomenda não superior a 5 (cinco) dias, apenas para a inscrição de candidatos que passaram a ter direito à recondução, em razão da alteração do artigo 132 do ECA e vigência imediata da Lei Federal nº 13.824/19, cumpridos os demais requisitos legais para o acesso ao cargo.

CONSIDERANDO que, como bem fundamentado na referida Nota Técnica, acredita-se que a Lei n. 13.824/2019, que alterou a redação do art. 132 do ECA, pode ser aplicada ao processo de escolha dos conselheiros tutelares, possibilitando, desta feita, que os membros do Conselho Tutelar que estão exercendo o segundo mandato possam também se candidatar no processo em curso, uma vez que o novel ato normativo modificou a própria estrutura Conselho Tutelar, já que trata, em certa medida, da forma de acesso ao cargo, quando permite a recondução ilimitada daqueles que já estão exercendo a função de conselheiros.

CONSIDERANDO que, conforme precedentes do Supremo Tribunal Federal, os candidatos já inscritos possuem mera expectativa de direito ao cargo, se eleitos e homologado o resultado final do certame; logo, não possuem direito público subjetivo à preterição de qualquer candidato.

CONSIDERANDO que a possibilidade de alteração do edital do processo de escolha unificado também se extrai do teor do art. 13, § 1º, da Resolução nº 170/2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que preconiza que o processo de escolha deve contar com número mínimo de 10 (dez) pretendentes habilitados, caso contrário, o Conselho Municipal ou do Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente, por sua comissão especial eleitoral, poderá reabrir novo prazo para inscrição de novas candidaturas. Ora, a reabertura de novo prazo de inscrição se traduz em clara modificação do prazo antes consignado no instrumento editalício.

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe, em seu art. 5º, que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

RECOMENDA ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, da cidade de Bodoquena/MS, que, imediatamente desde que exista Conselheiro Tutelar no segundo mandato consecutivo, adote providências para retificar o Edital do processo de escolha de membros do Conselho Tutelar, para o fim de:

- na hipótese de o prazo previsto pelo edital para inscrição de candidatos a conselheiros tutelares não estar encerrado, publicar retificação do edital com alteração apenas do item que trata da possibilidade de recondução dos atuais membros do Conselho Tutelar; por conseguinte, a Comissão Especial Eleitoral poderá deferir, se atendidos os demais requisitos previstos em Lei, as inscrições de candidatos que anteriormente estavam impedidos de se reconduzir, em razão da alteração do artigo 132 do ECA e vigência imediata da Lei Federal n. 13.824/19; OU
- na hipótese de o prazo previsto pelo edital para inscrição de candidatos a conselheiros tutelares estar encerrado, além da retificação pontual do edital, reabrir o prazo de inscrição, que se recomenda não superior a 5 (cinco) dias, apenas para a inscrição de candidatos que passaram a ter direito à recondução, em razão da alteração do artigo 132 do ECA e vigência imediata da Lei Federal n. 13.824/19, cumpridos os demais requisitos legais para o acesso ao cargo.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da presente, se haverá o acolhimento da presente RECOMENDAÇÃO, sob pena da adoção das medidas cabíveis.

Encaminhe-se, após a remessa do ofício, cópia da Recomendação ao setor responsável, para a competente publicação no Diário Oficial do Ministério Público;

Por fim, encaminhem-se cópias da presente Recomendação ao Presidente do Conselho Municipal de Bodoquena-MS dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e ao Juiz Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Miranda.

Miranda, 30 de maio de 2019.

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA
Promotora de Justiça em subs. legal